O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL: MISSÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR -UFMG

Paula Cambraia de Mendonça Vianna
Edite da Penha Cunha
Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben

INTRODUCÃO

> "A universidade não está fora da história de um país; tampouco é toda a história; mas por ela passa a história do país e do povo e ela participa da história, da vida; nesse sentido, é aspiração humana, tentativa, ensaio, verificação, drama e desenlace, tarefa comunitária, trabalho de homens que querem se expressar como homens; fato humano que nenhuma lei poderá abolir e que se expressará muitas vezes apesar da lei." (Ernesto Leyendecker, Universidad y Dependência, 1974)

A educação formal, como uma prática social, está sempre comprometida com a realidade do país onde se realiza, porque vinculada às instituições, ao sistema de poder e ideologias que a legitima e a justifica. Nesse sentido, não é possível a análise de uma política educacional sem se levar em conta o marco referencial do projeto nacional, suas características ideológicas e objetivos concretos definidos em suas metas e ações. As instituições universitárias com metas na geração do conhecimento e na utilização social desse conhecimento, passam por processos de decisão a respeito dos conteúdos e formas de trabalho universitário conforme o tipo de vinculação existente entre elas e o Estado e entre grupos ligados às classes dominantes, representantes de esferas de poder ou vínculos relacionados com os movimentos sociais e suas lutas.

Boaventura de Souza Santos discute o fato da última década apresentar "exigentes" desafios à universidade especialmente à universidade pública pela alteração significativa das relações entre conhecimento e sociedade, alterações essas capazes de transformar as próprias concepções de conhecimento e de sociedade. (2004, p.30) Contrapondo-se ao "conhecimento universitário", predominantemente disciplinar, descontextualizado das preemências do cotidiano e das suas possibilidades de dialogar com as demandas e urgências sociais, o autor apresenta as possibilidades de um conhecimento "pluriuniversitário", contextual que o obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento. Nesse campo, a sociedade deixa de ser um objeto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência.

É a partir dessa perspectiva que este trabalho se inscreve, acreditando nas possibilidades da universidade pública em dialogar com a sociedade e suas tensões. A sociedade não é uma abstração e demanda por respostas efetivas às instituições que têm competência e excelência por produzir conhecimentos. É nessa direção que as políticas da extensão na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) se realizam e que estarão sendo discutidas a partir dos projetos aqui apresentados.

O Enfrentamento à Violência Infanto-Juvenil pela via das ações de extensão na UFMG

O Plano Nacional de Enfretamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, criado em 2000, destaca o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, como um fato recorrente e que tem sua expressão política na década de 90, fruto da desigualdade social de gênero, de raça e etnia. Esse fenômeno foi incluído na agenda da sociedade civil como questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e adolescentes – lei 8069/90 e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança. (SEDH/DCA,2002).

O referido plano foi apresentado e deliberado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), na assembléia ordinária de 12/07/2000, e constitui-se em diretrizes nacionais no âmbito das políticas de enfretamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, tratando-se de um documento legitimado e de referência para as políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal.

As condições objetivas para efetivação deste Plano Nacional fundamentam-se na exigibilidade do dever da família, da comunidade, da sociedade civil e do Poder Público (Constituição Federal do Brasil – Artigo 227, parágrafo 4º e a lei 8069/90), sustentado por um conjunto articulado de forças e atores governamentais, não-governamentais e organismos internacionais que, mediante manifesta vontade política, operacionaliza o enfretamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio de metodologias e estratégias adequadas, constituídas sobre bases de consenso entre as partes. (SEDH/DCA, 2002).

Um dos programas criados pelo governo para o enfrentamento desse problema foi o PAIR (Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfretamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil) criado em agosto de 2002 e vem nos três últimos anos, por parte do governo federal, operacionalizando algumas das ações previstas no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, em especial no que diz respeito ao atendimento social especializado, por meio do Programa Sentinela; atendimento de saúde, por meio da rede de referência do Sistema Único de Saúde e, na defesa de direitos, com ações implementadas e fortalecidas pelos Conselhos Tutelares, Delegacias de Proteção à Infância e a Juventude e Defensorias Públicas. Desenvolve tais políticas públicas no Brasil, em resposta às orientações contidas na Pesquisa Nacional de Tráfico de Mulheres e Adolescentes para fins de Exploração Sexual, por iniciativa da Secretaria de Estado de Assistência Social – MAS, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos – MJ, bem como, da Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID. (www.caminhos.ufms.br)

A implantação pelo governo brasileiro do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil trouxe novos desafios para os governos e instituições de ensino superior na sua implementação. A Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, atenta às questões que envolvem a violência contra crianças e adolescentes, tem participado ativamente no apoio ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência infanto-juvenil. De uma forma geral, a violência compromete a qualidade de vida e a saúde dos cidadãos, impede o acesso aos serviços públicos, rouba postos de trabalho, onera investimentos e, principalmente, tem sido responsável por número crescente de mortes entre jovens, particularmente nos grandes centros urbanos.

A UFMG vem, há alguns anos, participando de programas e projetos de formação junto a educadores que atuam com crianças e adolescentes em diferentes contextos: creches, pré-escolas, abrigos, centros de internação e outros. No desenvolvimento desses projetos, pode-se deparar com a riqueza de um universo que transcende ao acadêmico. A interlocução permanente com estes parceiros propiciou a construção de um conhecimento embasado na realidade e no cotidiano dos profissionais, crianças e adolescentes.

O apoio da UFMG no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência infanto-juvenil, tem se pautado no respeito às especificidades de cada comunidade assim como a sua formatação enquanto grupo social, na medida em que a nossa participação busca amalgamar de forma sistemática os conhecimentos construídos e as experiências e reflexões estabelecidas ao longo dos últimos anos. Entendemos que a atuação nestes projetos é uma decisão política da instituição, em função de seu compromisso social como universidade pública, comprometida com o exercício pleno da cidadania e a superação de formas de exclusão social e marginalização.

Participar de ações que visem coibir a violência, em qualquer de suas manifestações, tornando nossa vida em comunidade mais humana e produtiva é responsabilidade tanto do poder público quanto da sociedade como um todo. No campo da investigação sobre o fenômeno, a rede de proteção integral à criança e ao adolescente e a intervenção junto as comunidades, os projetos de

extensão universitária são, por excelência, os que mais concretizam a relevância da ação universitária nesta questão.

A UFMG tem-se primado na busca do cumprimento de sua responsabilidade nessa tarefa. Nossa principal estratégia tem sido a promoção de constante interação e integração entre ensino e pesquisa; entre teoria e prática; entre o saber construído nos laboratórios e nas salas de aula e o saber produzido na vivência cotidiana das comunidades, dos grupos e dos indivíduos nas diversas regiões de nosso Estado.

Em 2006 e 2007 a UFMG desenvolveu dois grandes projetos de enfrentamento à violência infanto-juvenil – Escola que Protege e o Programa de Ações Integradas e Referenciadas/PAIR, em 14 municípios do Estado, sendo no PAIR, contemplados os municípios de Itaobim, Teófilo Otoni, Uberaba e, no Escola que Protege, Belo Horizonte, Sabará, Nova Lima, Juatuba, Ibirité, Betim, Vespasiano, Contagem, Brumadinho, Esmeraldas e Ribeirão das Neves.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, responsável pelo PAIR, buscou a parceria com a UFMG com o objetivo integrar políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho, entre Governos, Sociedade Civil e Organismos Internacionais, visando o desenvolvimento de ações de prevenção e atendimento às crianças e aos adolescentes vulneráveis ou vítimas de exploração sexual e tráfico, para fins sexuais. O Ministério da Educação - Secretaria de Educação Ações Complementares e Diversidade/MEC/SECAD, responsável pelo projeto Escola que Protege, também buscou a parceria com a UFMG com o objetivo de promover no âmbito escolar a defesa do direito de crianças e adolescentes em situações de violência física psicológica, negligência, abandono, abuso sexual, exploração do trabalho infantil, exploração sexual comercial e tráfico para esses fins, em uma perspectiva preventiva.

Para viabilizar os apoios necessários aos programas federais de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes e a efetivação de seus objetivos buscou-se a articulação e integração entre vários projetos de extensão, pesquisa, diferentes unidades acadêmicas, professores e estudantes da UFMG, tais como: as equipes do Programa Pólo de Integração da UFMG no

Vale do Jequitinhonha, do Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito, do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, das Faculdades de Educação, de Enfermagem e de Medicina da UFMG; o hospital das clínicas e a cooperação das Universidades Federais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e do Triângulo Mineiro (UFTM), da Secretaria de Estado da Saúde, do Comitê da Região Metropolitana de Belo Horizonte do Programa Escola Aberta, das Prefeituras Municipais e das instituições da sociedade civil, da rede de proteção à criança e ao adolescente dos municípios.

METODOLOGIA

O problema da violência sexual (abuso e exploração comercial) contra crianças e adolescentes tornou-se questão pública de relevância política no início da década de 90 com a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) realizada pelo Congresso Nacional em 1993. Como resposta à emergência pública do fenômeno, o Governo Federal formulou o primeiro projeto de âmbito nacional, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O Plano constitui-se como um instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes que pretende criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual. Este define diretrizes, ações prioritárias e estratégias de enfrentamento do problema, sendo um de seus princípios estratégicos a realização de investigação científica, visando compreender, analisar, subsidiar e monitorar o planejamento e a execução das ações de enfrentamento do fenômeno.

Esse Plano deve ser operacionalizado em torno de seis "eixos estratégicos": análise da situação, mobilização e articulação, defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo infanto-juvenil. Esses eixos foram traduzidos em ações de articulação e mobilização político-institucional, diagnóstico, seminários locais de sensibilização e adesão, eleição das Comissões Operativas Locais, capacitação/formação dos formadores e dos

atores/educadores da rede de proteção à criança e ao adolescente e elaboração dos Planos Operativos Locais de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil nos referidos municípios.

O objetivo principal do Diagnóstico foi informar e embasar as discussões do Seminário de Sensibilização e Adesão e das Oficinas de Planejamento do PAIR. Assim a expansão do PAIR em Minas Gerais orientou sua ação pelos princípios estratégicos do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil e, nesse sentido, buscou diagnosticar e caracterizar o fenômeno, bem como a rede de enfrentamento da violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes existente nos municípios de Uberaba, Teófilo Otoni e Itaobim, visando à adequada descrição do problema e da rede de proteção nos municípios selecionados para informar e embasar as discussões do Seminário de Sensibilização e Adesão, bem como as Oficinas de Redes e de Planejamento.

O diagnóstico, produzido pelo CRISP em parceria com Programa Pólos de Cidadania e a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), evidenciou "que os municípios de Uberaba, Teófilo Otoni e Itaobim, de acordo com dados secundários, mostram uma enorme variação no tamanho, nos índices econômicos e de qualidade de vida dos três municípios. Contudo, apesar das diferenças, verificam-se semelhanças naqueles aspectos que predispõem a ocorrência do abuso e exploração sexual: vulnerabilidade social localizada especialmente ao longo das rodovias e entroncamentos; evasão escolar; internação por gravidez nas faixas etárias entre 15 e 19 anos; aumentos das taxas de crimes, sobretudo a partir de 2000 e, especialmente contra o patrimônio; aumento do uso e tráfico de drogas e de sua repressão; bem como a existência de fatores de risco locais, tais como festa de negócios, garimpos, instalação de programas de governo etc.

A pesquisa realizada nos três municípios teve como resultados importantes a criação do índice de vulnerabilidade social, que indica as regiões das cidades mais expostas ao risco de violência sexual. Foi constatada a sub-notificação dos casos de violência sexual infanto-juvenil. A percepção dos atores da rede de proteção sobre o conceito de rede é afim ao discutido na

teoria, entretanto, quando se compara o discurso e o trabalho prático, percebe-se um distanciamento entre o que se diz e o que se faz. Nos três municípios constatou-se a necessidade de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, da capacitação/formação dos atores da rede como uma ação contínua, do trabalho com as famílias das vítimas e com as famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como a criação de serviços de atendimento ao agressor.

O maior desafio do Plano Nacional de Enfrentamento ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil é a ação articulada de antigos e novos atores oriundos de universos sociais diferentes e portadores de cultura institucional e visões programáticas específicas. Embora a rede de enfrentamento já se reconheça enquanto tal nos três municípios em estudo, a integração efetiva dos seus agentes para combater o problema, ou pelo menos para minimizar os seus efeitos, ainda está por se fazer." (CRISP, 2007)

O diagnóstico apontou para a necessidade do estabelecimento de uma ação em rede é estratégia fundamental para o alcance de maior efetividade das ações de proteção às crianças, adolescentes e jovens visando a superação da fragmentação e desarticulação de ações e recursos, a prevenção das situações de abuso e exploração, o fortalecimento do sistema de proteção, a responsabilização dos abusadores e a conseqüente melhoria do atendimento das crianças, adolescentes e jovens.

Indubitavelmente, um efetivo enfrentamento deste fenômeno envolve um esforço articulado de políticas setoriais e a integração de organizações governamentais e não-governamentais, além da qualificação das equipes técnicas, do provimento de infra-estrutura de funcionamento, o aprimoramento das metodologias de atendimento às vítimas e suas famílias e a intervenção intermunicipal sinérgica, tornando mais eficiente o enfrentamento da violência.

A universidade, ao ter um olhar que reconhece a realidade na sua dinamicidade, provoca-nos a reconhecer que propostas integradoras apresentam mais pertinência com trabalhos que valorizam e defendem a vida. Nesse aspecto, foi de fundamental importância identificar fatores de risco e de proteção no contexto em que atuamos. Uma rede social articulada e

participativa que procura integrar as diversas áreas do conhecimento, como também as experiências e saberes da comunidade, apresenta maior possibilidade de encontrar alternativas para superar suas dificuldades. O mapeamento dos serviços sociais existentes, dos recursos, das informações, da qualidade das relações entre os atores sociais e institucionais constituiu fator representativo para se produzirmos indicativos para a construção de uma política de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil mais efetiva.

Neste sentido, o PAIR implementou ações de mobilização social que estimularam a articulação dos atores em rede por meio da estratégia metodológica de realização do diagnóstico do fenômeno, a capacitação/formação, a mobilização e articulação dos atores em redes comprometidas com essa grave problemática. Isto fomentou ações intersetoriais em rede nos municípios de Itaobim, Teófilo Otoni e Uberaba e os apoios aos trabalhos da rede possibilitando identificar os programas, as organizações e as instituições do municípios que num processo de interação cotidiana tem condições de enfrentar a complexidade e a gravidade das situações de abuso e exploração sexual das crianças e dos adolescentes que ainda persiste em nossa sociedade.

Podemos destacar como outra iniciativa da UFMG na prevenção à violência infanto-juvenil a participação no Projeto Escola que Protege. O Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC/SECAD implantou este Projeto no ano de 2007, com o objetivo de promover no âmbito escolar a capacitação de professores quanto à violência contra crianças e adolescentes, em suas diferentes manifestações: física psicológica, negligência, abandono, abuso sexual, exploração do trabalho infantil, exploração sexual comercial e tráfico para esses fins, em uma perspectiva preventiva.

Para a efetivação do Projeto "Escola que Protege", a Pró-Reitoria de Extensão, mapeou nas unidades acadêmicas, experiências, projetos e ações realizadas na universidade que refletiam e trabalhavam com as questões acima citadas, temas sugeridos pela SECAD.

O projeto foi implantado como um curso de capacitação, com duração de 20 horas. Participaram, no período de agosto a dezembro de 2006, professores da rede de ensino, dos seguintes municípios da região metropolitana de Belo Horizonte: Sabará, Nova Lima, Juatuba, Ibirité, Betim, Vespasiano, Contagem, Belo Horizonte, Brumadinho, Esmeraldas e Ribeirão das Neves.

O projeto Escola que Protege foi organizado na modalidade de curso em cada município com 20 horas presenciais para professoras, conselheiros tutelares e diretoras de escolas. Contou com a participação de 23 professores da UFMG que atuaram como formadores. Acolhimento;

Os princípios norteadores das ações formativas realizadas pautaram-se na contextualização e compreensão dos temas de acordo com a realidade brasileira.

RESULTADOS

Os resultados alcançados nos três municípios do PAIR, até o momento, foram: articulação e mobilização por meio da realização de encontros e reuniões com autoridades e atores das instituições governamentais e não governamentais; diagnóstico do fenômeno da violência sexual infanto-juvenil e da rede de proteção à criança e ao adolescente; Seminários de Sensibilização e Adesão, eleitas as Comissões Operativas Locais (COL); Seminários de Formação/Capacitação para as Comissões Operativas Locais; curso de Capacitação/Formação e Oficinas temática e de planejamento. Essas oficinas resultaram na produção de um Catálogo para a divulgação dos serviços da rede de proteção às crianças e adolescentes e dos Planos Operativos Locais (POL) de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil.

Os resultados alcançados pelo Projeto Escola que Protege foram: 11 municípios atendidos; 80 escolas municipais participantes; 415 cursistas formados; 11 encontros com a Comissão Gestora Local, formado por representantes da Universidade - Pró-reitoria de extensão - e interlocutores da Escola Aberta dos municípios atendidos e Manual "Sobre o direito e o dever de compreender, combater e prevenir a violência sexual contra crianças e adolescentes".

O envolvimento das instituições governamentais e da sociedade civil local no planejamento, no desenvolvimento e no monitoramento e avaliação de todas as etapas realizadas pelo PAIR e pelo Escola que Protege possibilitou as condições necessárias para a ampliação da compreensão do fenômeno da violência infanto-juvenil e uma intervenção mais efetiva da rede de proteção das crianças e dos adolescentes, bem como para promover a continuidade do enfrentamento à violência nos municípios envolvidos. Além disso, a integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão têm possibilitado aos estudantes universitários envolvidos a aproximação com temas e questões sociais relevantes, importantes para sua formação acadêmica e cidadã.

Este trabalho está se tornando realidade com o comprometimento de todos nós. Universidades, promotores de justiça; juizes e técnicos das varas criminais e do juizado da infância e juventude; conselheiros tutelares e de políticas públicas; polícias; equipes técnicas de diversos programas; gerentes, coordenadores e secretários da Assistência Social, da Educação, da Saúde, da Cultura e Esportes dentre outros; representantes da sociedade; dirigentes e funcionários de organizações da sociedade civil.

É muito importante que a Universidade mantenha este diálogo permanente com o poder público local, com as redes sociais, os diferentes ministérios, seus programas e projetos, resultando na melhoria da qualidade de vida e proteção das crianças e adolescente de nosso Estado. É necessário avançar na estruturação de novos mecanismos de trocas de experiências e compartilhamento de metodologias, entre os diversos programas da UFMG, visando a potencialização dos resultados e a relevância da nossa intervenção junto à sociedade.

A RELAÇÃO ENTRE AS AÇÕES DE PREVENÇÃO E A EDUCAÇÃO FORMAL

Os processos de redemocratização da sociedade brasileira vividos desde os anos oitenta, com a Nova República e o fortalecimento dos movimentos sociais em torno da constituinte, culminando com a Constituição de 1988 retratam as tentativas de construção de políticas renovadas para a Educação

Nacional. Em dezembro de 1996, tivemos promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

De acordo com a LDBEN 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seus artigos

> Art.1o. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
>
> Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (LDB Nº 9.394, 20/12/1996, Art.: 1º. e 2º),

o termo Educação tem nessa lei um sentido abrangente, envolvendo a educação formal, não formal, educação continuada, à distância, educação ambiental, sexual e outras. Essa educação é responsabilidade da família e do Estado, condição que tem sua origem na Constituição do país de 1988, em seus diferentes artigos, 203, 227, 205, 229.

Segundo os ditames da lei, o processo de educação se faz a partir do pleno desenvolvimento do educando, o que significa considerar a educação como um processo intencional que prevê uma trajetória harmoniosa e progressiva, com aprendizagens desenvolvidas segundo evolução do próprio ser humano. Por outro lado, o conceito de cidadania centra-se na condição básica de ser cidadão, titular de direitos e de deveres. Ao mesmo tempo, complementa-se essa condição de ser educado, com o direito à qualificação para o trabalho, relação entendida como a necessidade de fazer do trabalho socialmente produtivo um aspecto fundamental da dinâmica educacional e, também, escolar.

Novamente perguntamos: até que ponto o meio social, as políticas educacionais, as condições de trabalho dos docentes e as condições sócio culturais dos estudantes estão permitindo a realização dessa perspectiva ideal

presente na legislação? Nos termos da lei, a política educacional, fundada em ideais humanos e pelo pleno desenvolvimento dos cidadãos, se depara com a problemática da violência, do abuso e exploração Sexual Infanto-Juvenil, cujo fenômeno, pode ser considerado um contra-senso dos princípios legais e fundamentais que regem as diretrizes e bases da educação nacional.

Na realidade, a violência, o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil caracterizam uma situação que requer políticas públicas e mobilização da sociedade brasileira, que paulatinamente vêm sendo criadas e desenvolvidas em todas as esferas de governo, federal, estadual e municipal, como foi dito anteriormente, exigindo um trabalho em todos os setores destes governos, fundamentalmente, nas áreas do social, saúde e educação.

Os programas e projetos discutidos aqui revelam uma nova relação entre a universidade e as demandas sociais porque delineiam novos eixos norteadores de ações e posturas acadêmicas com características próprias do momento histórico da sociedade brasileira. Grandes programas como o PAIR, Escola que Protege e outros, como o Conexões de Saberes, o Escola Aberta, de cunho educacional articulado com Direitos Humanos e Cultura demonstram as potencialidades indutoras de ações extensionistas nos rumos da alteração das desigualdades de oportunidades no país e da construção de vínculos estreitos entre os saberes do povo e os saberes universitários. O conjunto destes projetos e programas tem mostrado a face dos diferentes sujeitos, que, antes, não eram visíveis ou não identificados pela sociedade brasileira. Questões relacionadas às etnias envolvendo índios e negros, a constituição e formato das famílias dos novos tempos, os aspectos vinculados às diferentes culturas, seus valores e "habitus", o resgate de trajetórias de vida, de lutas e histórias, sujeitos que dão visibilidade às diferentes áreas geográficas, aglomerados de centros urbanos, paisagens diversas do país rural, áreas de risco e outros espaços sociais passam a compor o complexo universo de conhecimentos capazes de tecer a rede de relações necessárias ao real enfrentamento dos problemas nacionais dando maior pertinência à produção do conhecimento acadêmico sistematizado. Observa-se, nesse contexto, a importância de projetos educacionais no fortalecimento das identidades sociais dos diferentes

sujeitos, além do reconhecimento de realidades, reconhecimento de novos e antigos problemas sociais, que envolvem a construção de novas pesquisas acadêmicas. À vista desses processos sentimos o quanto o envolvimento dos estudantes é fundamental quando se constrói um projeto de formação acadêmica sólido com significativo engajamento nas questões do país. Esta perspectiva nos dá o perfeito caráter transgressor das ações extensionistas, porque inova os formatos metodológicos do ensino, cria novos registros para a sistematização do conhecimento utilizando, para isso, de diferentes linguagens.

Alguns dirão que não é papel da universidade construir ou participar da construção de políticas públicas, mas os novos tempos exigem que não fiquemos alheios às demandas do nosso povo. Esses projetos têm demonstrado que a extensão universitária representa o momento presente que clama, demanda, acena e solicita o fazer acadêmico. Este, por sua vez, iluminado pelo passado já sistematizado se projeta para um futuro de possibilidades pela pesquisa científica e rigorosamente delineada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEYENDCKER, Ernesto. Universidad y Dependência. Buenos Aires. Ed. Guadalupe. 1974.

MARQUES, G S e UDE, MARQUES, W.E.U. E**nfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil e Construção de Redes Sociais: produção de indicadores e possibilidades de intervenção,** Belo Horizonte, 2007. Mimeo.

_____ (2001). ***Gestão, Políticas públicas e redes sociais***. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 142 p.

_____. (2002) **Redes Sociais: possibilidade metodológica para uma prática inclusiva. In: Walter Ernesto Ude Marques.** (Org.). Políticas Públicas. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, v. p. 127-139.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil.** Brasília, 2001.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Brasília.2001.

PROEX/UFMG. **Sobre o direito e o dever de compreender, combater e prevenir a violência sexual contra crianças e adolescentes**. Belo Horizonte, 2007.

PROEX/UFMG. **Relatórios técnicos do Diagnóstico do PAIR-MG, nos municípios de Uberaba, Teófilo Otoni e Itaobim.** Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. A Universidade do Século XXI - Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

VARGAS, J D e SILVA, K A. Diagnóstico **Uberaba, Teófilo Otoni e Itaobim: A rede de proteção.** Belo Horizonte, 2007. Mimeo.

VARGAS, J D. **Diagnóstico Uberaba, Teófilo Otoni e Itaobim: Caracterização, Visibilidade e localização do Fenômeno.** Belo Horizonte, 2007. Mimeo.